

# Nota de Abertura

*Este número da revista **Análise Psicológica** é dedicado à gravidez e à interrupção da gravidez.*

*A investigação psicológica na área da gravidez é, mesmo entre nós, uma realidade. De uma forma sistemática temos vindo a replicar estudos realizados noutros países, a testar hipóteses nascidas a partir da teoria ou emergentes enquanto constatações clínicas.*

*Temos, ao longo dos últimos dez anos, construído uma Psicologia da Gravidez e da Maternidade que, permanentemente informada por outros saberes e outras disciplinas, nos vai permitindo compreender e intervir num acontecimento fisiológico de extensas consequências psicológicas e repercursões sociais e culturais enormes.*

*A forma de encarar e viver hoje uma gravidez, pelo menos nos países ditos desenvolvidos é, em quase tudo, diferente das pungentes e minuciosas descrições que todos os séculos, anteriores ao nosso, fornecem.*

*O nosso tempo desnaturalizou a gravidez. Dando às mulheres e aos casais formas mais eficazes de anticoncepção, a raridade das gravidezes efectivas, passou a implicar uma sobrestimação do acto de engravidar e, por extensão, do acto de nascer.*

*Combateu-se ferozmente a mortalidade infantil como se combateu e continua a combater o insucesso gravídico.*

*Aceitando-se como princípio, a diminuição do número de gravidezes por mulher, a aposta parece que se dirigiu para a qualidade de cada uma dessas gravidezes. Qualidade, não só em termos da saúde da mulher, mas também em termos da saúde da criança a nascer.*

*Indisfarçavelmente esta mudança de tônica da quantidade de gravidezes para a qualidade de gravidezes significa, na prática, uma opção na qualidade dos filhos em vez da quantidade dos mesmos. Ou seja, significa que, a sociedade como um todo assume claramente a preferência de que vale mais menos melhores do que mais piores.*

*Esta questão, ainda que subtilmente escamoteada nem que seja pelo facto de ser «politicamente incorrecta», sustenta, a depois consensual e pacífica assumpção social de se poder interromper voluntariamente uma gravidez pela legítima razão de um embrião ou um feto apresentar mal-formação ou indiciar patologia grave.*

*Supõe-se que, uma criança nascida ou a nascer possa fazê-lo nas melhores circunstâncias de forma a exponenciar as suas potencialidades.*

*Fazer com que uma criança recém-nascida cumpra este projecto social tão moderno, implica*

*paradoxalmente que se situe a gravidez como um momento, apenas um tempo de poucos meses, num projecto muito mais vasto e complexo: o de Projecto de Maternidade ou Paternidade.*

*Projecto esse que vai entre as duas décadas e o vitalício e que afirma, em última análise, a responsabilidade dos pais em relação a uma criança que já nasce cheia de direitos.*

*Esta parentalidade hiper-responsável desdobra-se assim num conjunto de discursos que defendem a importância dos filhos desejados. Os filhos conscientemente desejados, suportados por pais com condições e recursos psicológicos, sociais e económicos que dão garantias sobre o sucesso do projecto. Em consequência, estimula-se o planeamento familiar e a educação sexual das crianças e dos jovens. Em consequência, igualmente, não se estimula maternidades e paternidades demasiado precoces ou tardias, maternidades e paternidades de cidadãos desviantes: delinquentes, sem-abrigo ou de muito baixos recursos económicos. O mesmo para cidadãos com doença crónica, aguda ou ambígua: doentes mentais, seropositivos, alcoólicos, toxicodependentes, débeis, etc., etc.*

*Esta valorização de adultos «competentes» quererem ter filhos provoca por sua vez uma curiosa corrida à indústria da reprodução medicamente assistida, à viabilização de gravidezes e crianças com recurso a aparatosas e dispendiosas tecnologias e, também, a uma máquina complicada e complexa de redistribuição da parentalidade pela utilização da adopção, face simpática e bem vista de um primeiro momento que é o abandono de crianças.*

*A elegia da parentalidade responsável alinha assim, ou pelo menos pretendo-o, pelo mesmo diapasão da existência de crianças felizes.*

*Em uníssono pretende-se manter viva a crença que pais e filhos podem e devem ter todas as condições de sucessos afectivo e relacional.*

*Este cenário idílico, como se sabe, algumas vezes não é possível.*

*Muitos cidadãos não percebem ou não partilham esta ideia grandiosa de parentalidade. Muitos homens nunca pensaram seriamente o que lhes é pedido para o desempenho do papel. Muitas mulheres assustam-se com a enormidade da tarefa que lhes é proposta quando e se a têm consciente. Outras, temem a própria gravidez ou o parto genericamente, ou rejeitam linearmente uma dada gravidez que não quiseram nem desejaram. É aqui que cruza um tema polémico e, pelo menos entre nós, de actualidade: a interrupção voluntária da gravidez.*

*As questões que se colocam a este nível são habitualmente de índole política, moral, legal, religiosa.*

*Os discursos psicológicos são, entre nós, virtualmente inexistentes ou, pelo menos, ausentes de qualquer visibilidade científica ou mediática. Há um mundo de questões a levantar e de respostas a encontrar: Quem são as mulheres que recorrem ao aborto? Porque o fazem? Que impacto é que essa prática acarreta? Que consequências têm na sua vida futura? Que implicações têm noutros projectos de Maternidade? Quem deve decidir duma i.v.g.? Por que razões? Em que tempo e em que momento da gravidez e da história da vida se pode ou não pode abortar? Porque é que se protela? Porque é que se entrega a decisão a técnicos, companheiros ou familiares? Quais as consequências da clandestinidade? Ou da liberalização em algumas ou todas as circunstâncias?*

*A estas e muitas outras perguntas não podemos, ainda, responder cabalmente. Mas saber fazê-las e apresentar alguns resultados é pelo menos um caminho.*

ISABEL PEREIRA LEAL